

O PROUNI E SEUS EGRESSOS: UMA ARTICULAÇÃO ENTRE EDUCAÇÃO, TRABALHO E JUVENTUDE

THE PROUNI AND ITS GRADUATES: AN ARTICULATION BETWEEN EDUCATION, WORK AND YOUTH

Fabiana de Souza Costa¹**Resumo**

Este artigo visa compreender a articulação entre o tema da Educação Superior, Trabalho e Juventude no Brasil, tendo por referência o Programa Universidade para Todos (ProUni). O Programa foi instituído em 2005, e se constitui como uma política pública educacional que possibilita o acesso de jovens de baixa renda à Educação Superior privada. Partimos da seguinte reflexão: O ProUni, enquanto uma Política Pública de Acesso à Educação Superior, possibilitou melhores condições de inserção no mercado de trabalho, assim como melhorias na condição socioeconômica dos seus egressos? Como hipótese inicial do estudo, partimos da premissa de que o acesso aos níveis educacionais, desde a educação fundamental até o nível superior, isoladamente, não é suficiente para garantir uma ascensão social, mas sem o acesso à educação, certamente torna-se mais difícil uma evolução desses jovens na escala social brasileira.

Palavras-chave: Políticas Públicas. Educação Superior. Trabalho. Acesso. Juventude.

Abstract

The objective of this paper is to understand the articulation between Higher Education, Work and Youth in Brazil, using the federal program “Programa Universidade Para Todos” (ProUni) as a main reference. The Program was established in 2005 and is an educational public policy that enables the access of poor young people to private Higher Education. Until 2012 has benefited more than 1 million of young people across the country. Our starting point of reflection was the following question: did “ProUni”, as a Public Policy of Access to Higher Education, enable better insertion in the labor market, as well as improvements in the socioeconomic status of its graduates? Our initial hypothesis is based on the premise that the access alone to the educational levels, from primary education up to higher education is not enough to ensure social mobility. However, without the educational access the social ascension is certainly more difficult for the young people in Brazil.

Keywords: Public Policy. Higher Education. Work. Access. Youth.

INTRODUÇÃO

Este artigo visa compreender a articulação entre o tema da Educação Superior, Trabalho e Juventude no Brasil, tendo por referência o Programa Universidade para Todos (ProUni), e refletir se o Programa, enquanto Política Pública de Acesso à Educação Superior,

¹ Doutora em Educação pela PUC-SP; autora do Livro ProUni: o olhar dos estudantes beneficiários; Coordenadora-Geral de Relações Estudantis - SESu/Ministério da Educação. E-mail: fabianacosta123@gmail.com.

possibilitou melhores condições de acesso ao mercado de trabalho, assim como melhorias na condição socioeconômica dos seus egressos.

Em 2012 desenvolvi pesquisa com 150 egressos de Instituições de Educação Superior (IES) na capital de São Paulo. A expectativa inicial da tese² foi demonstrar a relevância social da implementação de políticas públicas de acesso à educação superior, de modo a contribuir para a redução das desigualdades, possibilitando nova perspectiva socioeconômica aos jovens de baixa renda em nosso país e excluídos da universidade.

Os sujeitos foram jovens que concluíram a graduação pelo ProUni em 2010 e 2011. Tivemos por referência a pesquisa qualitativa, e como instrumentos de coleta de dados a aplicação de questionários eletrônicos e entrevistas com os sujeitos.

A universidade cumpre uma função destacada na produção do conhecimento e desenvolvimento de pesquisas no Brasil, e deve ser considerada como uma questão nacional. A ampliação do acesso à educação superior é cada vez mais necessária, e essa agenda precisa se tornar prioridade como política de Estado.

O Programa Universidade para Todos (ProUni) se constitui como uma política pública educacional de acesso à Educação Superior, implementada no Brasil no ano de 2005, e que atende majoritariamente à juventude. Surge no contexto da demanda de ampliação do acesso à Educação Superior no Brasil, em especial por parte de segmentos sociais excluídos do sistema educacional, em função das dificuldades de ingressar na universidade. Por um lado, esse contexto se dá pela redução de vagas na Educação Superior pública e, por outro, pela dificuldade de arcar com custos das mensalidades na universidade privada. No Brasil, apesar do crescimento de 5,7% das matrículas no ensino superior entre 2010 e 2011, somente 14,6% de estudantes na faixa etária de 18 a 24 anos estão matriculados na educação superior, conforme o Censo de Educação Superior (2011).

O conceito juventude é definido como uma transição entre a adolescência e a fase adulta. No Brasil foi aprovada em 2010 a Emenda à Constituição n. 65, e o termo *jovem* passou a configurar na denominação do capítulo VII do título VIII da Constituição Federal Brasileira, assegurando um direito já garantido constitucionalmente às crianças, adolescentes,

² Cf. COSTA, Fabiana de Souza. *O ProUni e seus egressos: uma articulação entre educação, trabalho e juventude*. 2012. Tese (Doutorado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2012.

idosos, indígenas e mulheres.³ A Emenda Constitucional compõe o tripé do marco legal da juventude, que inclui também o Estatuto da Juventude e o Plano Nacional de Juventude.

O acesso às políticas públicas da juventude, em especial à educação superior, configura-se como uma possibilidade e uma perspectiva de mobilidade social ascendente, ao proporcionar oportunidades de capacitação profissional, acesso ao conhecimento e ampliação do universo cultural. Tais fatores podem contribuir para melhor inserção no mercado de trabalho e, conseqüentemente, uma elevação da renda desses indivíduos. Os bolsistas do ProUni, em geral, possuem uma elevação do grau de escolaridade em comparação com a escolaridade de seus pais. Tais mudanças podem ocasionar para esses jovens uma mobilidade tanto intergeracional, quanto intrageracional – conforme afirma Márcio Pochmann: “as novas gerações apresentaram boas possibilidades de superar as condições de vida e trabalho das gerações anteriores (mobilidade intergeracional), com ascensão na trajetória ocupacional (mobilidade intrageracional)”. (POCHMANN, 2007, p.09).

Torna-se importante, dentro de um contexto de desenvolvimento e geração de emprego no Brasil, o investimento nas políticas de formação do segmento juvenil, que possui uma longa trajetória e possibilidade de almejar a mobilidade social.

De um modo geral, a maior parte dos indivíduos entra no mercado de trabalho através das posições que oferecem gratificações mais modestas. Quanto maior o tempo de exposição no mercado de trabalho, maior é a probabilidade de mobilidade, ou seja, maior a probabilidade de os profissionais ajustarem suas características individuais às exigidas pelas posições (PASTORE, 1979, p. 25). O investimento na formação desses indivíduos deve ser combinado com a melhoria das condições do mercado de trabalho e ampliação das vagas. Além disso, torna-se importante uma articulação maior das políticas públicas de juventude, trabalho e educação no país.

1. TRABALHO E EDUCAÇÃO NO BRASIL

O Brasil vivencia um momento importante denominado de transição demográfica, que se constitui na queda das taxas de mortalidade e natalidade. Tal redução tem como resultado o chamado Bônus Demográfico, que se configura como uma grande oportunidade de

³ “Art. 227. É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão” (BRASIL, Emenda Constitucional n. 65, 2010).

participação da População Economicamente Ativa (PEA) no desenvolvimento e crescimento da nação. Segundo Alves (2008, p. 07), “a janela ou Bônus Demográfico no Brasil começou em 1995 e irá até 2055, perfazendo um período de 60 anos”.

A juventude cada vez mais possui um papel estratégico no desenvolvimento do nosso país. Ao falarmos de crescimento e desenvolvimento econômico, temos que levar em conta a trajetória e a participação dos jovens na economia e no mercado de trabalho.

Ser jovem é uma condição social e de vida que, segundo Pochmann (2007), constitui-se como referência de estágio de desenvolvimento de uma sociedade.

O jovem, ao ter acesso ao mundo acadêmico e ao mundo do trabalho, passa a ter contato com novas possibilidades de conhecimento, de vivências e relações sociais. Ele amplia seu horizonte de experiências, adquire uma noção maior de cidadania e expectativas de mudanças, necessárias para a afirmação da sua condição de sujeito de direito.

Torna-se cada vez mais fundamental fortalecer os alicerces estruturais que possibilitam ao jovem ultrapassar as barreiras, por meio da distribuição de renda, do crescimento econômico socialmente justo e de melhores condições educacionais e culturais. O engajamento social do jovem representa uma possibilidade de saída para todo aquele que deseja construir um futuro melhor. (POCHMANN, 2007, p. 10).

Temos atualmente no Brasil, um mercado de trabalho cada vez mais exigente que impõe uma condição desigual à juventude que disputa os postos de trabalho. A educação ganha centralidade na preparação dos indivíduos para o trabalho, configurando uma *pressão* constante para esses jovens no sentido de adquirir qualificação e estudar cada vez mais.

[...] a educação passa a ser identificada cada vez mais como condição preparatória e seqüencial ao longo de toda a vida, não cabe mais estabelecer a conclusão dos estudos como algo próprio de uma fase estritamente juvenil. O ensino continuado tende a tornar-se uma realidade cada vez maior no Brasil, envolvendo pessoas de faixas etárias cada vez mais elevadas. (POCHMANN, 2007, p. 14).

A implementação de políticas públicas que garantam ao jovem de baixa renda a oportunidade de ampliar o tempo de estudo e preparar-se melhor para o ingresso no mercado de trabalho seria um primeiro passo para assegurar melhor qualificação para a juventude. Tais ações são importantes, mas, ao mesmo tempo complexas e contraditórias em função da atual realidade brasileira, ainda permeada por intensas desigualdades sociais, que afetam diretamente a juventude.

O jovem, ao ter a oportunidade de trabalho, gera em seu meio social uma série de expectativas, pois, além do seu desenvolvimento humano, essa oportunidade pode significar

uma possibilidade de ampliação da renda para si e sua família. No entanto, a relação entre o acesso ao mercado de trabalho e a ampliação da renda nem sempre acontece de forma direta.

Os jovens pertencentes às famílias de baixa renda cada vez mais ocupam a posição de arrimo de família, tendo que trabalhar desde muito cedo para obtenção de uma renda. Em muitos casos, ocupam postos de trabalho de baixa remuneração, em função de pouca experiência e sem qualificação profissional.

O investimento no acesso à educação superior, através de políticas como o ProUni, pode contribuir para que uma parcela significativa da juventude brasileira tenha melhores perspectivas e condições de ingresso no mercado de trabalho. Para Pochmann, “a educação não é o único passaporte para o emprego, mas permanece como requisito capaz de evitar os piores constrangimentos impostos pela marginalização juvenil”. (2007, p. 40).

2. OS EGRESSOS DO PROUNI E AS DIFERENTES PERSPECTIVAS SOBRE A QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL E ACESSO AO MERCADO DE TRABALHO

As reflexões a seguir partem do levantamento das ideias centrais contidas nas respostas abertas dos questionários respondidos pelos egressos à partir da pesquisa, no que se refere às diferentes perspectivas sobre a qualificação profissional, acesso ao mercado de trabalho, condição socioeconômica, qualidade de vida, atendimento das necessidades básicas, trajetória pessoal, trajetória ocupacional e perspectivas no mercado de trabalho.

2.1 Qualificação/formação profissional e acesso ao mercado de trabalho

A ampliação do conhecimento e a continuidade dos estudos (pós-graduação, especialização e outros cursos) foram apontadas como importantes e necessárias para 99% dos egressos. O acesso ao conhecimento representa uma perspectiva de desenvolvimento humano, assim como a possibilidade de crescimento profissional.

No contexto da qualificação profissional, temos diferentes perspectivas encontradas pelos egressos do ProUni, dentre elas: a formação profissional, a qualificação para o mercado de trabalho e a evolução na carreira profissional. Para Pochmann (2007, p. 55) a qualificação e formação profissional tendem a constituir, no caso dos jovens, um fator adicional na determinação geral do potencial de ingresso no mercado de trabalho.

Branco (2005, p. 140), ao analisar a pesquisa *Perfil da Juventude Brasileira*, realizada pelo Instituto Cidadania em 2005, constatou que, para 65% dos jovens, o âmbito educacional-

cultural se constitui como assunto de maior interesse. Soma-se a esse interesse a relevância dada à educação, como aquela referida ao emprego/atividades profissionais, uma vez que uma das motivações ou razões mais importantes para se estudar está relacionada à obtenção futura de uma boa inserção ocupacional no sistema econômico.

Segundo Corrochano (2007, p. 54), no cenário de busca pelo emprego, algumas credenciais ganham importância, entre as quais a escolaridade, experiência profissional, certificação e acesso à informação. A possibilidade da continuidade dos estudos é apresentada pelos egressos numa perspectiva do prazer e da satisfação pessoal em estudar, além da contribuição para o seu desenvolvimento e crescimento pessoal.

Cursar uma graduação significou ampliar os horizontes para 91,9% dos egressos em relação ao desenvolvimento das suas funções na atual ocupação no mercado de trabalho.

Para os egressos, a graduação possibilitou articular o conhecimento adquirido na área de formação com a prática profissional, contribuindo assim para facilitar o desenvolvimento das funções no trabalho.

Dentre os motivos daqueles que responderam que a graduação não facilitou o desenvolvimento no trabalho (8,1%), temos como destaque dois fatores: a formação recebida na universidade não foi suficiente e o atual trabalho do egresso não corresponde à área de formação.

A oportunidade de cursar uma graduação contribuiu para que 78,2% dos egressos pudessem ter um emprego com mais qualidade. Ao considerarmos os aspectos positivos sobre o que representa para os egressos um emprego com qualidade, surge com destaque: melhorias salariais, acesso aos direitos trabalhistas, estabilidade no emprego, evolução na carreira e a satisfação profissional.

O trabalho com qualidade também é percebido pelos egressos numa perspectiva de realização pessoal e satisfação. Consideram importante se sentirem motivados para fazerem o que gostam e estimulados a encararem novos desafios.

O trabalho (subjetivamente) atraente passa a ser aquele capaz de produzir não a mera satisfação (ética) pelo dever cumprido, mas a almejada gratificação (estética) pelo desempenho de atividades interessantes e refinadas. (BAUMAN apud GUIMARÃES, 2005, p.156)

Para os egressos que afirmaram que a graduação não contribuiu para a obtenção de um emprego com mais qualidade (21,8%), temos como justificativa o fato de que as empresas

estão exigindo, além da graduação, uma experiência maior na área e o domínio de um idioma, no caso específico, o inglês.

Em alguns casos, dependendo da área de formação, o egresso precisa fazer algumas concessões para adequar a área de formação com o cargo pretendido na empresa, ou mesmo com a área que melhor se identifica.

Ao comparar a condição de vida antes, durante e depois do ProUni, 91% dos egressos consideram que o Programa contribuiu para alterar sua condição no mercado de trabalho. Dentre as mudanças apresentadas pelos egressos, surge com destaque a oportunidade do acesso à Educação Superior, a obtenção de uma profissão e a evolução na carreira.

2.2 Condição socioeconômica, qualidade de vida e atendimento das necessidades básicas

Os egressos identificam e reconhecem que a oportunidade de cursar uma graduação contribuiu de forma destacada tanto na oportunidade de acesso ao mercado de trabalho, como também na alteração de sua condição socioeconômica. Dentre as mudanças ocorridas na vida dos egressos após concluírem uma graduação, temos a elevação da renda e a mobilidade social.

A ampliação do acesso à Educação Superior de qualidade pode interferir na trajetória profissional e, conseqüentemente, na melhoria da condição socioeconômica dos egressos. Para Pastore (1979, p. 05), melhorar de vida, para a grande maioria dos indivíduos, depende de mudar de *status* e subir na estrutura social. Além disso, melhorar a vida, mais precisamente, depende de mudar de *status* ocupacional. As mudanças nas perspectivas dos egressos não estão associadas somente aos aspectos socioeconômicos, mas também na ampliação das suas perspectivas de crescimento pessoal e profissional.

O acesso à Educação Superior representa para os sujeitos da pesquisa a ampliação dos conhecimentos e uma compreensão maior do seu papel político e social.

O direito à educação é parte do reconhecimento da importância do saber para o indivíduo, e da aquisição de uma consciência social para interferir nas transformações do seu meio social. Cury (2002, p. 261) afirma que o acesso à educação é também um meio de abertura que dá ao indivíduo uma chave de autoconstrução e de se reconhecer como capaz de opções. Além disso, para o autor, o direito à educação é uma oportunidade de crescimento cidadão, um caminho de opções diferenciadas e uma chave de crescente estima de si.

A elevação da autoestima surge com destaque nas respostas dos egressos numa perspectiva de se sentirem mais confiantes para estabelecerem projetos profissionais e se posicionarem melhor no mercado de trabalho.

No cenário de recuperação do emprego atualmente no Brasil, os egressos do ProUni têm a oportunidade de acesso ao emprego formal e aos bens de consumo. Nesse novo contexto se ampliam as demandas, em especial, no acesso à saúde, educação, transporte e moradia. Os salários nem sempre são suficientes para suprir tais demandas.

No entanto, para 37,9% dos egressos, os salários são compatíveis com a atual demanda de acesso às necessidades básicas. Dentre as respostas, temos por destaque o aumento salarial, a evolução na carreira e o crescimento profissional, além de perspectivas de melhoria da remuneração atual.

2.3 Trajetória ocupacional, oportunidades e perspectivas no mercado de trabalho

Os egressos do ProUni são jovens que ultrapassaram uma série de barreiras em suas trajetórias ocupacionais e de vida. Partem de uma condição de exclusão do sistema educacional superior brasileiro e têm a oportunidade de cursar uma graduação. Tal condição gera uma série de expectativas.

A trajetória ocupacional e educacional dos jovens é marcada por dificuldades e obstáculos no que se refere à transição escola-trabalho, nem sempre realizada nessa mesma ordem e de forma sequencial.

A necessidade de ajudar na renda familiar surge com destaque nos relatos, além de outros fatores que interferem e contribuem para o início precoce das trajetórias ocupacionais dos egressos.

As dificuldades enfrentadas pelos egressos podem provocar consequências e implicações nessas trajetórias, e podem ser, em alguns casos, irreversíveis. Segundo Pochmann (2007, p. 54), dependendo de como o jovem ingressa no mercado de trabalho, podem ser abertas ou fechadas as portas de acesso que definirão sua trajetória.

Segundo Corrochano (2011, p. 47), ao analisarmos o contexto da inserção dos jovens brasileiros no mercado de trabalho, permite-se construir um consenso: a juventude de nosso país é uma juventude trabalhadora. No entanto, boa parte dos jovens está em busca de trabalho ou trabalha de maneira precária.

Os egressos encaram a trajetória ocupacional como uma jornada, e em alguns momentos, atribuem a si mesmos a responsabilidade pelo êxito. Surge com destaque o esforço em manter-se sempre atualizado, através de cursos de capacitação, certificação e idiomas, como mecanismo de melhorar a colocação no mercado de trabalho.

Num contexto em que as tecnologias e os saberes estão em constantes mudanças e atualizações, o conhecimento é colocado como principal elo entre o indivíduo e uma boa colocação no mercado de trabalho, tendo por objetivo, dentre vários motivos, a melhoria da sua condição socioeconômica.

Os egressos reconhecem as desigualdades sociais no Brasil e as barreiras que enfrentam para que elas sejam eliminadas. No entanto, sabem quais são *as regras* e não ignoram que o acesso à Educação Superior e à obtenção de um diploma seja muito importante em suas vidas.

O acesso à Educação Superior e ao mercado de trabalho para os egressos significa ampliar suas expectativas em relação ao futuro profissional.

A implementação de políticas públicas como o ProUni torna-se cada vez mais relevante no sentido de garantir que a juventude não fique invisível às ações do poder público, e de assegurar que mais jovens possam ter acesso à Educação Superior, assim como à inserção no mercado de trabalho, não só através da disponibilidade de vagas, mas também de emprego com qualidade, permitindo à juventude novas perspectivas para si e também para sua família.

2.4 Juventude, Educação e Mobilidade Social

Os egressos do ProUni apresentam uma perspectiva positiva em relação à oportunidade de acesso à educação superior que o Programa proporcionou. Consideram a relevância no que se refere às melhorias das suas condições de vida, mas apresentam a expectativa de que cada vez mais o acesso à universidade se afirme como um direito assegurado à juventude, de forma permanente e não mais como uma política emergencial.

Os egressos são em geral os primeiros universitários da família. A escolaridade dos pais e das mães se apresenta em sua maioria até o nível do ensino médio completo, o que demonstra mudança em relação ao acesso à educação superior de uma geração para outra. A maioria dos egressos trabalhava antes de ingressar na universidade (85%), e manteve-se inserida no mercado de trabalho. Desses, temos um número considerável com carteira de trabalho assinada (64,4%), o que corresponde a um aspecto relevante no que se refere ao acesso desses jovens ao mercado formal.

A renda mensal individual dos egressos se concentra nas faixas entre 1 a 5 salários mínimos, e identificamos que, após a conclusão da graduação, a maioria obteve elevação da renda (72,2%). Os egressos reconhecem a contribuição da educação superior para a alteração e melhoria da sua condição socioeconômica, através do aumento da renda e mobilidade social.

A trajetória ocupacional dos egressos é marcada por dificuldades e obstáculos, em especial no que diz respeito à transição escola-trabalho. Essa transição é permeada pelo ingresso precoce no mercado de trabalho, em muitos casos interrompendo os ciclos educacionais. Mesmo assim, superam essas barreiras e conseguem chegar à universidade, o que, para muitos, representa um sonho realizado. Além disso, destacam a necessidade de se manterem sempre atualizados, tendo como principal objetivo o crescimento pessoal e a ampliação das possibilidades em relação ao futuro profissional.

O acesso aos níveis educacionais, desde a educação fundamental até o nível superior, isoladamente, não é suficiente para garantir uma ascensão social, mas sem o acesso à educação certamente torna-se mais difícil uma evolução desses jovens na escala social brasileira.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A universidade cumpre uma função destacada na produção do conhecimento e desenvolvimento de pesquisas no Brasil, e deve ser considerada como uma questão nacional. A ampliação do acesso à Educação Superior é cada vez mais necessária, e essa agenda precisa se tornar prioridade como política de Estado.

O acesso à educação em todos os níveis, como um direito social, torna-se cada vez mais fator estratégico de desenvolvimento de uma nação como o Brasil, no que se refere, não somente aos aspectos econômicos, mas também, aos aspectos de elevação da escolaridade, de desenvolvimento cultural, de ampliação das oportunidades e do acesso equânime ao conhecimento pela juventude brasileira.

O Estado deve responder às demandas sociais apresentadas pela sociedade através da implementação de políticas sociais de caráter público em áreas importantes para o conjunto da população, tais como: educação, saúde, transporte, moradia, entre outros.

O ProUni surge num contexto de atender emergencialmente uma demanda reprimida de acesso à Educação Superior. Em se tratando de uma política pública conjuntural, é permeada por uma série de contradições, num contexto de expansão da Educação Superior a

partir da lógica do setor privado da educação, em detrimento de maior investimento do setor público, em especial a partir da década de 1990.

No caso específico da Educação Superior, a iniciativa do poder público com a implementação do ProUni, surge numa perspectiva de responder de forma imediata à pressão social de acesso, em especial, do público jovem. No entanto, cabe uma reflexão sobre o *prazo de validade* de um política como o ProUni: mesmo considerando sua relevância social, o poder público deve estabelecer mecanismos que possam inverter a lógica do caráter privado da Educação Superior atualmente no Brasil, e garantir a expansão da universidade pública.

Soma-se à expansão de vagas na universidade outro fator relevante, que diz respeito à necessidade de maior investimento na qualidade do ensino público em todos os níveis educacionais, de forma a permitir que a juventude tenha a mesma condição de acesso à Educação Superior.

É necessário refletirmos que as barreiras sociais superadas pelos egressos do ProUni não podem ser observadas somente numa lógica de conquistas individuais, e sim numa perspectiva coletiva inserida em um contexto favorável de desenvolvimento econômico e social atualmente no Brasil. No entanto, as desigualdades sociais ainda persistem, e o desafio para a inclusão social e educacional da população brasileira ainda se configura como um dos principais desafios do poder público.

Em nosso estudo tivemos como expectativa a discussão do que significa a inclusão na universidade para jovens de baixa renda no país. Ao pensarmos em desenvolvimento nacional, temos que levar em conta a importância de assegurar que a juventude trabalhadora tenha acesso à Educação Superior, não somente como meio para a mobilidade social e melhorias na condição de vida, mas também no sentido do pertencimento enquanto sujeito de direitos sociais.

O acesso à universidade para os egressos do ProUni representa uma nova perspectiva de ampliar o conhecimento, as relações sociais, as possibilidades de formação profissional, acesso ao mercado de trabalho e mobilidade social. Além de todos esses fatores, também aparece como aspecto de grande relevância a conquista de um direito negado até então a esses jovens – o acesso à Educação Superior.

REFERÊNCIAS

ALVES, José Eustáquio Diniz. *A transição demográfica e a janela de oportunidade*. São Paulo, SP: Instituto Fernand Braudel, 2008.

BRANCO, Pedro Paulo Martoni. Juventude e trabalho: desafios e perspectivas para as políticas públicas. In: ABRAMO, Helena Wendel; BRANCO, Pedro Paulo Martoni (Org.). *Retratos da Juventude Brasileira: análises de uma pesquisa nacional*. São Paulo, SP: Fundação Perseu Abramo, 2005. p. 129-148.

BRASIL. *Constituição de 1998*. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 2001.

_____. Emenda Constitucional n. 65, de 13 de julho de 2010. *Diário Oficial da União*, Poder Executivo, Brasília, DF, 2010.

_____. Lei n. 11.096, de 13 de janeiro de 2005. *Diário Oficial da União*, Poder Executivo, Brasília, DF, 2005.

CHIZZOTTI, Antonio. *Pesquisa em ciências humanas e sociais*. São Paulo, SP: Cortez, 2005.

_____. *Pesquisa qualitativa em ciências humanas e sociais*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2006.

CORROCHANO, Maria Carla. Trabalho e educação no tempo da juventude: entre dados e ações públicas no Brasil. In: FREITAS, Maria Virgínia de; PAPA, Fernanda de Carvalho. *Juventude em pauta: políticas públicas no Brasil*. Petrópolis, RJ: Saraiva, 2011. p. 45-72.

COSTA, Fabiana de Souza. *O ProUni e seus egressos: uma articulação entre educação, trabalho e juventude*. 2012. Tese (Doutorado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2012.

CURY, Carlos Roberto Jamil. Direito à educação: direito à igualdade, direito à diferença. *Cadernos de Pesquisa*, Campinas, n. 116, p. 245-262, 2002.

GUIMARÃES, Nadya Araujo. Trabalho: uma categoria-chave no imaginário juvenil? In: ABRAMO, Helena Wendel; BRANCO, Pedro Paulo Martoni (Org.). *Retratos da Juventude Brasileira: análises de uma pesquisa nacional*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2005. p. 149-174.

NERI, Marcelo Côrtes. *A nova classe média: o lado brilhante dos pobres*. Rio de Janeiro, RJ: FGV, CPS, 2010.

_____. *A nova classe média*. Rio de Janeiro, RJ: FGV/IBRE, CPS, 2008.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. *Trabalho decente e juventude no Brasil*. Brasília, DF: OIT, 2009.

PASTORE, José. *Desigualdade e mobilidade social no Brasil*. São Paulo, SP: T.A. Queiroz: Edusp, 1979.

PASTORE, José; SILVA, Nelson do Valle. *Mobilidade social no Brasil*. São Paulo, SP: Makron Books, 2000.

POCHMANN, Márcio. *A batalha pelo primeiro emprego: a situação atual e as perspectivas do jovem no mercado de trabalho brasileiro*. 2. ed. São Paulo, SP: Publisher Brasil, 2007.

_____. Juventude em busca de novos caminhos no Brasil. In: NOVAES, Regina; VANNUCHI, Paulo (Org.). *Juventude e sociedade: trabalho, educação, cultura e participação*. São Paulo, SP: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004. p. 217-241.

_____. *O desafio da inclusão social no Brasil*. São Paulo, SP: Publisher Brasil, 2004.

_____. *O emprego no desenvolvimento da nação*. São Paulo, SP: Boitempo, 2008.

_____. *Qual desenvolvimento? Oportunidades e dificuldades do Brasil contemporâneo*. São Paulo, SP: Publisher Brasil, 2009.